

REGIONALISMO LATINO AMERICANO: O BRASIL ENQUANTO FUTURA HEGEMONIA REGIONAL

Larissa Terra Langer¹

RESUMO

O Regionalismo Latino-americano ganhou forças na primeira década do século XXI, mas acabou enfraquecendo com a crise de 2009. Nesse mesmo momento houve o "boom" econômico da China, que passou a estabelecer acordos econômicos com os mais variados países. Ao mesmo tempo em que a China passa a exportar bens industrializados, a América Latina perde espaço nesses produtos, e passa a exportar mais commodities e bens primários. O Brasil nesse contexto tornou-se uma espécie de líder regional, tomando frente de organizações e fóruns de debates no espaço político-econômico mundial. O País precisa da Região para que possa crescer conjuntamente através da integração e cooperação. O que falta ao Brasil é investimento interno em tecnologia e segurança nacional, para que assim possa crescer como líder regional verdadeiramente.

Palavras-chave: Hegemonia, Integração, Cooperação, América Latina, BRICS, Efeito China, Aproximação Sul-Sul.

ABSTRACT

The Latin American Regionalism gained strength in the first decade of this century, but eventually weakened by the crisis of 2009. Concurrently there was economic "boom" in China, which went on to establish economic agreements with various countries. At the same time that China started to export manufactured goods to plummet in these products, and now exports more goods and primary commodities. Brazil context has become a kind of regional leader, taking front organizations and discussion forums on the world political-economic space. The country needs the Region so that you can grow together through integration and cooperation. What is missing is the Brazil national investment in technology and national security, so that it can truly grow as a regional leader.

Keywords: Hegemony, Integration, Cooperation, Latin America, BRICS, China Effect Approach South-South.

1 INTRODUÇÃO

O modelo mundial atual vem ganhando um novo "rostos", diferente daquele nos tempos do Concerto Europeu, ou mesmo da ordem de Bretton Woods, ou da Guerra Fria. Hoje o estudo do regionalismo é reforçado. Nesse cenário, as potências emergentes regionais

¹ Acadêmica do curso de Relações Internacionais. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de Ciências Econômicas. e-mail: <larissaterralanger@gmail.com>.

são os principais atores. Infelizmente, a literatura mais divulgada sobre o tema continua sendo em língua inglesa. É importante para as Relações Internacionais atuais, que estudos acerca do regionalismo sejam aprofundados na própria região, e não pelas grandes potências mundiais.

Existem variações no comportamento das diferentes potências regionais, o que talvez mostre a dificuldade com que os estudos sobre o tema são tratados. No seguinte artigo, a avaliação feita é sobre o Regionalismo latino-americano e a dificuldade de haver uma hegemonia brasileira no continente.

Vocações naturais ou destinos manifestos nunca existiram. Infelizmente a própria natureza competitiva e hierárquica do sistema é um jogo de soma zero, impede que todos tenham os mesmos ganhos, criando a impressão errônea de que só alguns possuem o "destino manifesto" de comandar o resto do mundo.

Dessa forma, a configuração do Brasil nesse cenário é de uma política de vizinhança ativa, para que seja possível assumir o papel de líder do hemisfério sul e o ganho de voz no âmbito global, especialmente na reivindicação por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

2 O SÉCULO XXI E A INTEGRAÇÃO REGIONAL

O presente artigo parte da análise Cepalina acerca do regionalismo latino-americano atual. Estas ideias exprimem o que se entende por regionalismo desenvolvimentista em oposição ao regionalismo liberal.

O regionalismo liberal possui suas bases na escola clássica, e privilegiaria o comércio entre os membros substituindo o comércio com países externos ao grupo. Já o regionalismo desenvolvimentista vê no regionalismo um caminho para o desenvolvimento e dispensa maior atenção às economias mais atrasadas.

A partir dos anos 90, com o Consenso de Washington as ideias da Cepal passam a defender a integração regional como uma forma de promover a inserção necessária dos países subdesenvolvidos no cenário econômico globalizado internacional.

Além das Superpotências ou Grandes Potências, existe uma faixa de países conhecida como Potências Médias, que fazem a divisão das primeiras com os países subdesenvolvidos. O Brasil se encontra nessa nomenclatura, sendo uma Potência Média recém industrializada.

Observamos na primeira década do século XXI, que a América do Sul fez um “giro à esquerda”. Nesse curto espaço de tempo, países elegeram novos governos de orientação nacionalista, socialista ou desenvolvimentista, que alteraram o rumo político-ideológico continental. Todos os novos governos de esquerda opuseram-se às ideias e políticas neoliberais que haviam sido hegemônicas no século XX, assim, todos os novos governos passaram a apoiar ativamente a integração autônoma da América do Sul, opondo-se ao intervencionismo estadunidense no continente.

Até hoje há uma tendência de os Estados se moverem em direção ao império, de forma a "engolir" todos os outros Estados do sistema. Isso é visto nos mais variados continentes, mas espera-se que na América do Sul isso não ocorra nem por parte dos Estados Unidos (que está alheio ao continente sul-americano) nem por parte do Brasil (país usado para a análise do presente artigo).

3 O BRASIL COMO "PLAYER" NA APROXIMAÇÃO SUL-SUL

Na América do Sul nunca houve uma disputa hegemônica entre seus Estados e economias nacionais, e nenhum dos seus Estados jamais disputou a hegemonia continental com as grandes potências.

É importante analisarmos que a Política Externa Brasileira é dividida em duas fases. Na primeira, havia alinhamento direto com os Estados Unidos, que faziam do país seu "quintal" na América do Sul. Nessa fase há pouco questionamento, e o alinhamento se dá em uma situação de barganha, que nem sempre ocorreu, tendo em vista que o Brasil nunca teve poder suficiente para questionar a hegemonia estadunidense. Nessa fase, a política externa se assemelha com a política interna (alinhada à direita, e liberal). Na segunda fase da Política Externa Brasileira, há uma opção por aproximação "Sul-Sul". Esse alinhamento ocorre com os países em Desenvolvimento e Potências recém industrializadas. Exemplos são vistos tanto regionalmente quanto intercontinentalmente, tais como Mercosul, Unasul, BRICS, IBAS, entre outros. Essa é a fase atual de nossa política externa.

Simultaneamente à liderança político-diplomática da integração continental que o Brasil assumiu, o país buscou o aumento de suas relações comerciais e financeiras com outras regiões do mundo. Hoje o país ocupa a posição de maior economia do subcontinente, um dos

maiores produtores mundiais de alimentos, além de seguir controlando a maior parte dos recursos hídricos e da biodiversidade amazônica.

Essa estruturação do projeto sul-americano de integração é necessária, e pode ser realizada através da constituição do mercado regional, da ampliação de temas como investimentos e energia e da coesão econômica e social para que esse projeto se efetive. Projetos de fortalecimento de acordos regionais, como o Mercosul e, em médio prazo, a Unasul, poderão ao atribuir nova perspectiva ao continente sul-americano. Essa possibilidade requer que os governos da região mantenham sob controle os interesses nacionais, os conflitos sociais e que ampliem a interdependência entre seus países (cf. Peña. 2009; Serbin. 2009).

O Brasil deverá aumentar seu poder regional, em diferentes âmbitos, mas não terá capacidade de projeção do seu poder em uma escala muito além das suas fronteiras regionais no médio prazo. Entretanto, o Brasil continua sendo um país sem um modelo econômico bem definido de desenvolvimento de longo prazo.

Depois do fracasso das políticas neoliberais do Consenso de Washington e do abandono do projeto da Alca, os Estados Unidos mudaram sua posição nos assuntos continentais, mantendo sua supremacia militar e sua importância econômica para toda a América do Sul, mas perderam sua liderança ideológica no continente e adotaram uma posição mais passiva e distante dos assuntos regionais.

A nova geoeconomia internacional e seu grande potencial de crescimento aumentaram a intensidade da competição intercapitalista. Hoje já se pode falar de uma nova corrida imperialista, cujo espaço preferencial tem sido a África (FIORI, 2008, p. 54).

Essa nova corrida imperialista provocará aumento dos conflitos localizados entre os principais estados e economias do sistema, mas ainda não tem potencial para uma nova guerra hegemônica.

A partir da vitória dos governos de esquerda e do crescimento das economias regionais, de 2001 a 2008, os projetos de integração da América do Sul foram fortalecidos, especialmente, o Mercosul e a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba).

O padrão de evolução da economia nos remete à manutenção das políticas sociais abrangentes, redistributivas e de reconhecimento cultural, tão bem-sucedida nos anos 2000 na América Latina (Lopes-Calva, 2010).

Retroceder nessa área poderá comprometer os programas assistenciais, bem como as políticas educacionais e de formação profissional, além da segurança interna.

Depois da crise de 2009 e ao terminar a primeira década do século, ocorreram transformações geopolíticas e econômicas, tais como a crescente projeção da liderança diplomática e econômica do Brasil, na América do Sul e o aumento exponencial da importância da China para o funcionamento e o crescimento da economia latino-americana.

O Brasil possui atualmente cerca de metade da população e do produto sul-americano, é o *player* regional mais importante da América do Sul e vem tendo uma presença cada vez maior, até mesmo na América Central e Caribe.

Na América do Sul, o Brasil tem demonstrado vontade e decisão de defender seus interesses e o projeto de segurança e de integração econômica do continente.

Após a crise de 2009, ocorreu ainda, a desaceleração do projeto de integração regional. No mesmo ano houve o acordo estratégico militar assinado com a França, no qual o Brasil deverá, em alguns anos se tornar a maior potência naval da sul-america, possuindo ao mesmo tempo, capacidade de construir submarinos convencionais e atômicos, de produzir os próprios caças bombardeiros e helicópteros de combate.

Apesar disso, no mesmo período, a Argentina e a Venezuela assinaram acordos financeiros e militares com a Rússia. E a Colômbia e o Chile sustentaram seus gastos (os mais altos do continente). Dessa forma, mesmo com os novos acordos e armamentos, nenhum dos países da América Latina tem ou obteve capacidade de projetar seu poder militar muito além das próprias fronteiras.

O projeto de integração sul-americana nunca foi uma política de estado, e ainda há a possibilidade de que a América do Sul volte à sua condição histórica de periferia econômica exportadora, mesmo quando se ampliem e diversifiquem seus mercados, para Ásia e a China. Outra possibilidade é a de que os governos regionais sustentem sua decisão de construir uma nova infraestrutura de comunicações e uma nova estrutura produtiva integrada na economia sul-americana.

Existe ainda a probabilidade de ocorrer uma corrida armamentista entre os países da região, ou mesmo a possibilidade de que se construa e promova um sistema de segurança e defesa coletiva regional, em que todos os países sul-americanos participem na condição de aliados estratégicos, que é o ideal.

O Brasil pode escolher manter-se sócio preferencial dos Estados Unidos, na administração da sua hegemonia continental, ou lutar para aumentar sua capacidade de decisão estratégica autônoma, no campo da economia e da sua segurança, por meio de uma

política de complementaridade e competitividade crescente com os Estados Unidos, que envolva também as demais potências do sistema mundial, levando ao fortalecimento de sua relação de liderança e solidariedade com toda a América do Sul.

O novo modelo econômico, pelas características da economia brasileira, será concorrente à estrutura econômica estadunidense, pois deve haver a combinação de indústrias de alto valor agregado, juntamente com autossuficiência e diversidade energética e com a alta produtividade alimentar e outras *commodities*.

4 DECISÕES DO BRASIL E O FUTURO DA AMÉRICA DO SUL

É impossível discutir a inserção internacional do Brasil, sem inserir seus objetivos e compromissos sul-americanos em uma perspectiva de expansão global dos seus interesses. Dessa forma, o futuro da América do Sul será cada vez mais dependente das escolhas e das decisões tomadas pelo Brasil. O país pode combinar indústrias de alto valor agregado com a produção de alimentos e *commodities* de alta produtividade, sendo além disso, autossuficiente em energia.

Devemos ainda tratar dos BRICS, pois os países desse Fórum de Diálogos ocupam ou disputam hegemonias regionais, e projetam seu poder econômico ou diplomático para fora das próprias regiões (mesmo que em certa medida) e são estados que questionam a ordem mundial estabelecida depois do fim da Guerra Fria.

Por fim, o Brasil nunca teve características de um estado expansivo militarmente, pelo menos desde a Guerra do Paraguai, na década de 1860.

Durante o século XX, a posição do Brasil no continente foi a de sócio auxiliar da hegemonia continental dos Estados Unidos, nunca questionando tal alinhamento.

Entre os países do BRICS o Brasil é o único país continental situado em uma região de pouca conflitividade e sem disputas territoriais, é também o país com maior potencial de expansão pacífica, de sua região, com a diferença de que seu principal competidor na América do Sul são os Estados Unidos.

O Brasil terá de decidir seu lugar no mundo, e seu grande desafio será uma expansão que divirja daquela adotada por impérios (destino manifesto), sem a violência bélica dos europeus e estadunidenses e sem o objetivo de comandar os países mais fracos.

Hoje, com o "efeito China" há uma reconcentração das exportações latino-americanas em *commodities*, e conseqüentemente, uma perda de densidade tecnológica da produção das economias latino-americanas, que pode resultar na perda de uma economia dinâmica futura, com isso a capacidade de inovar e incorporar mão de obra qualificada ao processo produtivo fica comprometida.

A discussão em torno da construção de novos debates em relações internacionais, economia e política para o Brasil, e a reconfiguração de sua inserção mundial são encontradas entre as prioridades de estudo sobre a América Latina.

Não é porque o Brasil é o maior país do continente que ele deve ter a hegemonia, mas sim por ser o mais provido de recursos econômicos e naturais. É fundamental para o Brasil, no plano doméstico e em sua inserção mundial, a celebração imediata de acordos comerciais e o estabelecimento de um modelo equilibrado que permita a expansão comercial e a atração de investimentos, além da implantação de políticas de desenvolvimento.

5 COOPERAÇÃO, INICIATIVA E LIDERANÇA

Como visto, o Brasil se aproximou da definição de Potência Média, embora não preencha todos os requisitos afetos a essa nomenclatura; permanecendo válida a conceituação de Potência Média Recém Industrializada como parâmetro para a análise da inserção brasileira no cenário internacional (SENNES, 2003).

O Brasil na sua política externa ora atua como Potência Regional, líder regional, ora como intermediador das relações com países vizinhos, mediante uma atuação estratégica. Apesar de manter sua relevância no Cone Sul e na América do Sul, continua, porém, muito aquém com relação ao hemisfério e o mundo, como, por exemplo, com relação a hegemonia dos Estados Unidos. Há, portanto, vulnerabilidade política e econômica, porém não há dúvidas que existem espaços para a mudança desse quadro através da cooperação, iniciativa e liderança.

Com a expansão do Mercosul e a criação da Unasul, o Brasil contribuiu para desativar ou diminuir a importância de ações da diplomacia estadunidense, como o projeto da Alca e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e o Tratado da Junta Interamericana de Defesa (Cervo & Lessa, 2010; Almeida, 2002, 2010).

Em 2001, o Brasil detinha 21,9% das reservas da América Latina e Caribe, no ano de 2009 esse percentual pulou para 42,1%. Isso sugere uma maior capacidade do país de atrair recursos, seja sob investimento direto estrangeiro ou sob a forma de capitais especulativos. O sucesso econômico e político do Brasil vem acentuando as assimetrias econômicas e políticas ante os demais países da América do Sul.

Apesar do sucesso regional, o Brasil possui pequena participação no total do comércio mundial. Mas é um dos grandes *players* no mercado mundial de minérios, da soja, complexo sucroalcooleiro, café, carnes, entre outros. Possui ainda potencial nos mercados de cereais e produtos agroindustrializados. Na crise energética que se instala globalmente, o país conta com diversidade energética (etanol, pré-sal, hidroeletricidade, energia eólica e solar), dispõe de uma das mais amplas biodiversidades do planeta e se constitui juntamente com os BRICS em ator crucial para estabelecer acordos multilaterais sobre o meio ambiente. No campo diplomático, o maior revés ocorreu na busca da almejada cadeira permanente para o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (Cervo & Lessa, 2010)

A articulação política em torno do projeto de liderança da região e governança regional apresentada pela política externa brasileira nos últimos anos traduz a formação de uma coalizão que aponta no sentido que é o Brasil que terá que arcar com os custos da integração sul-americana. Dessa forma, o Brasil deve comandar a sua própria política econômica e conduzir a sua participação na economia mundial. Além de construir um sistema de segurança e de defesa continental autônomo para garantir os interesses nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme analisado no decorrer do artigo, o Brasil pode ser classificado como uma potência Média Recém Industrializada. Isto é, situa-se em uma condição mediana entre as Grandes Potências e os países subdesenvolvidos.

Até hoje há uma tendência de os Estados se moverem em direção ao império, de forma a "engolir" todos os outros Estados do sistema. Na América quem exerceu esse papel foi os Estados Unidos, mas o Brasil em sua condição de Gigante econômico da região deve exercer papel de liderança moderada, de forma que propulsione a região como um todo, e não domine o futuro desses países.

A Política Externa Brasileira é dividida em duas fases. Na primeira, havia alinhamento direto com os Estados Unidos, que faziam do país seu "quintal" na América do Sul. Nessa fase há pouco questionamento, e o alinhamento se dá em uma situação de barganha, que nem sempre ocorreu, tendo em vista que o Brasil nunca teve poder suficiente para questionar a hegemonia estadunidense. Nessa fase, a política externa se assemelha com a política interna (alinhada à direita, e liberal). Na segunda fase da Política Externa Brasileira, há uma opção por aproximação "Sul-Sul". Esse alinhamento ocorre com os países em Desenvolvimento e Potências recém industrializadas. Exemplos são vistos tanto regionalmente quanto intercontinentalmente, tais como Mercosul, Unasul, BRICS, IBAS, entre outros. Essa é a fase atual de nossa política externa.

A partir da vitória dos governos de esquerda e do crescimento das economias regionais, de 2001 a 2008, os projetos de integração da América do Sul foram fortalecidos. Porém a crise de 2009 abalou um pouco a integração regional. Ao terminar a primeira década do século, ocorreram transformações geopolíticas e econômicas, tais como a crescente projeção da liderança diplomática e econômica do Brasil, na América do Sul e o aumento exponencial da importância da China para o funcionamento e o crescimento da economia latino-americana.

Entre os países do BRICS o Brasil é o único país continental situado em uma região de pouca conflitividade e sem disputas territoriais, é também o país com maior potencial de expansão pacífica, de sua região, com a diferença de que seu principal competidor na América do Sul são os Estados Unidos.

Nenhum dos países da América Latina tem ou obteve capacidade de projetar seu poder militar muito além das próprias fronteiras.

Existe ainda a probabilidade de ocorrer uma corrida armamentista entre os países da região, ou mesmo a possibilidade de que se construa e promova um sistema de segurança e defesa coletiva regional, em que todos os países sul-americanos participem na condição de aliados estratégicos, que é o ideal.

É impossível discutir a inserção internacional do Brasil, sem inserir seus objetivos e compromissos sul-americanos em uma perspectiva de expansão global dos seus interesses. Dessa forma, o futuro da América do Sul será cada vez mais dependente das escolhas e das decisões tomadas pelo Brasil. O país pode combinar indústrias de alto valor agregado com a

produção de alimentos e *commodities* de alta produtividade, sendo além disso, autossuficiente em energia.

O sucesso econômico e político do Brasil vem acentuando as assimetrias econômicas e políticas ante os demais países da América do Sul. A Política Externa Brasileira nos últimos anos aponta no sentido que é o Brasil que terá que arcar com os custos da integração sul-americana.

REFERÊNCIAS

CACCIAMALI, C. M. BOBIK, M.; CELLI JR, U. *Em busca de uma nova inserção da América Latina*. São Paulo: Revista Scielo, 2011.

FIORI, J. L. *Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana*. CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011.

FLAMES, D. *O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança?* Pesquisador do GIGA – German Institute of Global and Area Studies, Alemanha, 2010.